



Ofício nº 189/2025-GAPRE

Campo Mourão, 10 de novembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao Parecer Jurídico nº 1.340 exarado no Protocolo nº 48.508/2025, por meio do qual acolheu-se a tese jurídica expedida no Ofício nº 187/2025-GAPRE, de que deve ser computado o prazo de veto de acordo com o calendário estabelecido pelo Poder Executivo, mas ainda assim entendeu que a Mensagem de Veto nº 01/2025 foi intempestiva, pois o veto teria sido protocolado às 17h11, ou seja, fora do horário de expediente do Poder Legislativo, cumpre esclarecer que **o veto foi apresentado tempestivamente**, não havendo fundamento jurídico para o entendimento exposto.

Primeiramente, cumpre destacar que o Poder Executivo protocolizou a Mensagem de Veto nº 01/2025 às 14h29 do dia 21/10/2025, dentro, portanto, do horário regular de expediente desta Casa. **O Poder Legislativo recebeu o documento às 17h08 do mesmo dia, momento em que já havia plena ciência e posse formal do veto apresentado:**

Trâmite	
Tramitado em: <b>21/10/2025 14:29:37</b>	Observação: Para Câmara de Vereadores.
Origem: Centro de Custo: SEADM - GEADM - Gerência Administrativa ( PADRÃO LOA ) Destino: Centro de Custo: Câmara - Divisão de Protocolo	Usuário: <b>Mensagem de Veto ao Projeto de Lei 109/2025</b> Anexos: Guia de Movimentação - Mov 24.pdf

  

Recebimento	
Data do Movimento: <b>21/10/2025 17:08:51</b>	Anexos: Guia de Recebimento - Mov 25.pdf
Usuário: EDILMA DE JESUS	

Ocorre que, após breve conversa telefônica entre as servidoras Karina da Silva (representando o Poder Executivo) e Edilma de Jesus (representando o Poder Legislativo), constatou-se a necessidade de corrigir um mero erro material, consistente na ausência do número da mensagem de veto. Confira-se:



# PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA



Por essa razão, o mesmo documento foi novamente protocolizado às 17h11, apenas para fins de retificação formal, sem que isso implicasse novo ato de apresentação ou pudesse alterar o momento jurídico de sua prática.

Assim, é inequívoco que o veto foi **apresentado tempestivamente**, estando equivocado o posicionamento da Diretoria Jurídica desta Casa Legislativa ao reconhecer o recebimento regular do veto e, posteriormente, afirmar sua intempestividade com base em um protocolo meramente corretivo.

Ademais, ainda que assim não se entendesse, certo é que o prazo de 15 (quinze) dias para o exercício do veto é computado em dias úteis, nos termos do § 1º do artigo 33 da Lei Orgânica do Município de Campo Mourão:

“Art. 33 (...)

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.” (grifou-se)

No mesmo sentido, o Regimento Interno desta Casa de Leis:





# PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

*“Art. 143. Se o Prefeito não se manifestar sobre o projeto de lei aprovado pela Câmara, **no prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento pelo Executivo, seu silêncio importará em sanção, aplicando-se, neste caso, o disposto no §5º, do artigo anterior.”*

Observe que o legislador se refere a “dias úteis” e não “horários de expediente”.

*REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTAGEM DE PRAZO PARA VETO DE PROJETO DE LEI PELO CHEFE DO EXECUTIVO. ILEGALIDADE DO ATO. NECESSIDADE DE APRECIACÃO DO VETO. - Se o Chefe do Executivo considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Chefe do Legislativo os motivos do veto - **A regra de contagem do prazo do veto do Chefe do Executivo se baseia nas disposições do artigo 184 do Código de Processo Civil, exclui-se o dia inicial, e se inclui o dia do término** - Sentença confirma, em reexame necessário. (TJ-MG - REEX: 10097140001864001 MG, Relator: Heloisa Combat, Data de Julgamento: 06/08/2015, Data de Publicação: 12/08/2015)*

O julgado supra, embora se refira ao Código de Processo Civil já revogado, manteve a mesma regra no Código em vigência, ou seja, a contagem do prazo ocorre em dias, não havendo menção a contagem de prazos conforme o horário de expediente dos órgãos.

E, considerando tratar-se de processo eletrônico (sistema IPM), em que não há protocolo físico na Câmara de Vereadores, não há que se considerar o expediente do Poder Legislativo, mas sim aplicar-se subsidiariamente o artigo 213 do Código de Processo Civil, segundo o qual: “a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo”.

Ou seja, o veto poderia ter sido protocolizado até as 23h59min do dia 21/10/2025.





# PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

Dessa forma, mesmo sob tal perspectiva, a Mensagem de Veto nº 01/2025 revela-se tempestiva, porquanto apresentada dentro do prazo legal e no limite temporal previsto para a realização de atos eletrônicos válidos, não havendo qualquer elemento que ampare a alegação de intempestividade.

Portanto, considerando os argumentos expostos acima e que **o ato foi praticado dentro do prazo legal**, reitera-se a plena tempestividade da Mensagem de Veto nº 01/2025 e se requer a reconsideração da decisão de promulgação do Projeto de Lei nº 109/2025.

Outrossim, reitera-se as razões expendidas na Mensagem de Veto nº 01/2025 e solicita-se a realização de sessão para apreciação do referido veto em Plenário.

Sendo o que havia para o momento, reitero protestos de estima e considerações aos Nobres Edis.

Atenciosamente,

**João Douglas Fabrício**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
Presidente **Jadir Soares “Pepita”**  
Poder Legislativa de Campo Mourão  
Campo Mourão – Paraná

